

DIRECTIVA Nº 05/CNE/2012

Contencioso Eleitoral

**LUANDA
AGOSTO – 2012**

DIRECTIVA Nº 05/CNE/2012

DE 21 DE AGOSTO

Considerando que compete à Comissão Nacional Eleitoral aprovar directivas, nos termos da alínea n) do artigo 144.º da Lei n.º 36/11, de 21 de Dezembro, (Lei Orgânica sobre as Eleições Gerais) e da alínea g) do artigo 13.º da Lei n.º 12/12, de 13 de Abril (Lei Orgânica sobre a Organização e Funcionamento da Comissão Nacional Eleitoral);

Usando da faculdade que é conferida pelas disposições conjugadas da alínea g) do Artigo 13º e da alínea c) do n.º 1 do artigo 17º, ambos da Lei n.º 12/12 de 13 de Abril (Lei Orgânica sobre a Organização e Funcionamento da Comissão Nacional Eleitoral), o Plenário da Comissão Nacional Eleitoral aprova:

1º

(Objecto)

A presente directiva desenvolve as normas legais que prescrevem o contencioso eleitoral no âmbito das eleições gerais.

2º

(Contencioso Eleitoral)

Constitui contencioso eleitoral, no âmbito das eleições gerais, a reclamação (recurso administrativo eleitoral) ou recurso contencioso de quaisquer irregularidades verificadas durante o processo da votação ou apuramento dos resultados do escrutínio.

3º

(Tipos de Contencioso Eleitoral)

São tipos de contencioso eleitoral, os seguintes:

- a) Reclamação (recurso administrativo eleitoral) sobre qualquer irregularidade verificada durante a votação ou apuramento parcial ou nacional dos resultados do escrutínio;

- b) Recurso contencioso eleitoral sobre as decisões tomadas sobre qualquer reclamação, apresentada durante a votação ou apuramento parcial ou nacional dos resultados do escrutínio.

4º

(Competência para decidir as reclamações eleitorais)

1. Compete ao presidente da mesa de voto receber as reclamações verificadas no decurso do processo da votação na mesa de voto;
2. Compete à mesa de voto decidir sobre as reclamações verificadas no decurso do processo da votação na mesa de voto;
3. Compete à Comissão Provincial Eleitoral decidir sobre:
 - a) reclamações verificadas na mesa de voto no decurso do processo da votação que não tenham sido resolvidas;
 - b) reclamações verificadas durante o processo de apuramento dos resultados eleitorais a nível da província;
4. Compete à Comissão Nacional Eleitoral decidir, definitivamente, sem prejuízo do recurso contencioso eleitoral, sobre:
 - a) reclamações verificadas no decurso do processo da votação na mesa de voto que não tenham sido resolvidas pela Comissão Provincial Eleitoral;
 - b) reclamações verificadas no decurso do processo de apuramento parcial ou Nacional dos resultados do escrutínio.
5. As reclamações eleitorais devem conter a matéria de facto e de direito devidamente fundamentadas e acompanhadas dos elementos necessários de prova.
6. Só é admitida a prova documental.

5º

(Legitimidade para reclamar)

1. Têm legitimidade para apresentar reclamações:
 - a) os delegados de lista dos partidos políticos, coligações de partidos políticos concorrentes e qualquer eleitor presente na mesa de voto que tenham verificado a irregularidade durante a votação;

escrutínio.

2. Carecem de legitimidade para reclamar, os partidos políticos, coligações de partidos políticos concorrentes ou seus mandatários e o eleitor que não tenham presenciado a irregularidade reclamada.

6º

(Prazo para reclamar)

Verificada a irregularidade, deve ser imediatamente apresentada a reclamação ao presidente da mesa de voto, ao presidente da Comissão Provincial ou ao presidente da Comissão Nacional Eleitoral, consoante seja o caso, sob pena de improcedência.

7º

(Competência para decidir os recursos contenciosos eleitorais)

Compete ao Tribunal Constitucional apreciar e decidir, definitivamente, o recurso contencioso eleitoral apresentado por quem tenha legitimidade.

8º

(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões que se suscitem na interpretação e aplicação da presente Directiva são resolvidas pelo Plenário da Comissão Nacional Eleitoral.

9º

(Entrada em vigor)

A presente Directiva entra em vigor na data da sua aprovação.

Apreciado e aprovado pelo Plenário da Comissão Nacional eleitoral, aos 21 de Agosto de 2012.

P^{lo} Plenário



André da Silva Neto
(Presidente)